

O MOVIMENTO SOCIAL SOB AS DINÂMICAS DO MUNDO GLOBAL: PENSANDO DESAFIOS

The social movement under the dynamics of the globalized world: thinking about challenges

Clarice Cassab¹

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

O texto apresenta algumas das observações produzidas pela pesquisa junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). A partir da aproximação ao MTST buscou-se elucidar como o movimento social responde às mudanças impulsionadas pela reestruturação produtiva e quais são as implicações dessas mudanças sobre o movimento. O objetivo será o de apontar alguns dos possíveis novos desafios que se configuram aos movimentos urbanos no contexto atual.

Palavras-chave: movimento social; globalização; cidade

Abstract

The text presents some of the comments produced from research next to the Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). From the approach to the MTST one searched to elucidate as the social movement answers the changes stimulated for the productive reorganization and which are the implications of these changes on the movement. The objective will be to point some of possible the new challenges that if configure ahead to the urban movements of the current context.

Keywords: social movement; globalization; city

INTRODUÇÃO

A readequação do capitalismo a partir da superação do modelo de acumulação fordista por formas produtivas desregulamentadas e flexíveis provocou, nas últimas décadas, mudanças profundas nas esferas econômica, política, social e cultural.

A essas mudanças, impulsionadas por uma nova organização do capital, diversos autores deram o nome de globalização, processo posto em marcha em função da rentabilidade decrescente do capital causada, por sua vez, pela diminuição da produtividade. Foi com o objetivo de promover a aceleração da acumulação que se desenvolveram duas estratégias básicas: uma ação ofensiva contra o trabalho e a diminuição do papel do Estado como redistribuidor de riquezas. O resultado foi o domínio do capital na extensão geográfica e tecnológica do capitalismo bem como a estratégia objetiva de manter os trabalhadores passivos e apolíticos.

Assim como ocorre nos planos econômico, político e cultural, o impacto desse

processo também é percebido sobre o espaço urbano. Diante de um modelo global, a cidade é pensada como um ator estratégico capaz de dinamizar a economia dos países e inseri-los nas dinâmicas globais, assumindo boa parte do papel de centro da economia e redefinindo seus espaços.

Este artigo pretende apresentar algumas das observações produzidas a partir de pesquisa, em São Paulo, junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), buscando elucidar como um determinado segmento social, cada vez mais pauperizado, organizado em um movimento coletivo, responde às mudanças impulsionadas pela reestruturação produtiva e quais são as implicações dessas mudanças sobre o movimento social. Mudanças que se referem tanto à composição e à organização quanto a novos desafios impostos ao movimento social. Ou seja, considerando a globalização como disseminadora de retóricas e valores, até que ponto esse processo tem (e se tem) impactos

sobre as práticas, linguagens e representações desse movimento – seja fazendo com que adote ou não alguns de seus aspectos, seja se posicionando contrário a ele.

A opção pelo MTST se explica por ser hoje, dentre os muitos movimentos urbanos existentes em São Paulo, talvez o que se situe como o mais expressivo, além de possuir uma ação territorial definida. A escolha por São Paulo se justifica por ser essa a cidade brasileira aonde os processos de globalização vêm se manifestando de forma mais intensa. Seja a partir da reestruturação produtiva (e dos impactos desse processo sobre os trabalhadores urbanos) seja por ser a cidade considerada por muitos uma promissora cidade-global. Cabe também destacar que é nessa cidade onde o MTST está mais fortemente organizado e consolidado, sendo essa também a capital do estado brasileiro em que o movimento teve origem.

Optou-se por estudar o MTST através do discurso que ele faz de si mesmo, bem como pelo reconhecimento de sua imersão nos aspectos estruturais, políticos e institucionais, que influem nas suas práticas e dinâmicas¹. O MTST é portador de elementos constituintes próprios e composto por sujeitos, que na sua prática, formulam e reformulam os sentidos e os valores do campo social, mas que também estão situados nas condições materiais, culturais e políticas próprias ao mundo de hoje.

Ao reconhecer que a afirmação do MTST como novo sujeito social ocorre através do seu próprio fazer-se, também se admite que a construção de sua identidade e de sua consciência não se dá fora dos embates políticos do nosso tempo. Por essa razão, a constituição e evolução do MTST ocorrem

num contexto marcado pelas transformações sociais decorrentes tanto da reestruturação produtiva e da financeirização recente da economia capitalista, quanto da crise do socialismo real e do pensamento dito de esquerda de modo mais geral. Ler o MTST a partir dessa ótica significa aceitar que ele está de alguma forma sujeito aos impactos de uma série de condicionantes próprios ao mundo atual².

A partir dos estudos empíricos³ foi possível identificar três ordens de relações do MTST com os processos de globalização que, embora distintas, se complementam. Serão elas a serem apresentadas nesse texto. A primeira ordem de relação refere-se aos processos de organização do MTST, fundamentalmente na constituição de sua base social e seus objetivos. A segunda é relativa a sua prática, na medida em que o MTST acessa uma série de mecanismos, se não característicos, ao menos potencializados a partir da nova ordem global. A última diz respeito ao projeto de cidade apresentado pelos teóricos urbanos dessa nova ordem.

A partir da determinação dessas três ordens de relações o objetivo final do texto é apontar alguns dos possíveis desafios que se configuram aos movimentos urbanos no contexto atual. Para tanto o artigo organiza-se em cinco partes. Na primeira, uma rápida caracterização do MTST quanto aos aspectos de sua formação e organização. Em seguida, serão apresentadas as três ordens de relações entre o MTST e a globalização. Cada ordem constitui uma parte do texto. Por fim, serão retomados alguns elementos com o intuito de apontar desafios que se colocam ao MTST para, ao término, apresentar algumas considerações finais.

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO: ORIGEM, OBJETIVOS E PRINCIPAL FORMA DE LUTA

Em janeiro de 1997, o MTST, junto com outras forças sociais presentes, realizou uma grande ocupação intitulada Parque Oziel, na cidade de Campinas, no interior do estado de São Paulo, dando início as ações do movimento.

A ocupação Parque Oziel contribuiu para a formação de muitos militantes que iniciaram um movimento de maior aproximação à realidade urbana de São Paulo, distribuindo-se em outras cidades, como Guarulhos, Osasco e Diadema. Nos anos de 1998 e 1999 o MTST organizou alguns seminários e encontros de formação, bem como desempenhou trabalho de base em algumas das cidades da região metropolitana, especialmente Guarulhos. Paralelo a esse avanço do Movimento em São Paulo, o MTST começa a se expandir para outros estados como Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe e Pernambuco. A partir de então, passou a se organizar de forma nacional⁴, tendo como objetivo expresso em sua bandeira a luta pela moradia e a reforma urbana.

Esse objetivo é manifestado de diferentes formas pelos membros do movimento e percebido também de inúmeras maneiras por aqueles que estão de fora, mas que possuem interlocução com ele (seja em rede de apoio ou pelo poder público). Assim, durante a pesquisa de campo, quando questionados sobre qual seria o objetivo do MTST, os entrevistados, na maioria das vezes, respondiam: moradia. Para alguns, principalmente para os moradores dos acampamentos, a moradia se configurava como o objetivo fundamental. Para outros,

militantes intermediários, coordenação e alguns moradores, ela seria quase que um objetivo específico, uma etapa para se chegar ao objetivo final do movimento.

O resultado das entrevistas apontou a luta por moradia como a bandeira aglutinadora e mobilizadora dos sujeitos que compõem o MTST, sendo ela o elemento comum a todos os membros e, por esse motivo, capaz de ordenar o coletivo. Contudo, esse coletivo é também heterogêneo na medida em que é formado por pessoas que compartilham projetos diferenciados, pois para alguns o objetivo se encerra na luta pela moradia e para outros não. Ou seja, para o militante de base, que integra a massa das ocupações, o objetivo não é nem mesmo uma política habitacional. Para esses, o movimento significa um meio de conseguir uma casa. Já para coordenadores e lideranças o objetivo do movimento não se encerra na conquista da moradia. A luta pela moradia seria um dos instrumentos usados para alcançar o objetivo final, expressa pela idéia de uma “transformação social”.

O que se observou em campo, portanto, foi a existência de dois discursos sobre os objetivos do MTST. O primeiro assumido por sua base e o segundo por suas lideranças. Seria arbitrário escolher um ou outro discurso e determinar qual é o objetivo do MTST. O caminho adotado neste trabalho é o de reconhecer que um movimento não é homogêneo, mas constituído de sujeitos – indivíduos e grupos – diferenciados, que quotidianamente refazem suas práticas. No entanto, parece ter ficado clara a tensão entre duas lógicas distintas, tal como a percebem os dirigentes: a necessidade de avançar a luta pela moradia como forma de aglutinação e de mobilização e a de consolidar o projeto político

mais amplo.

Seja qual for o objetivo expresso a ocupação do solo urbano é a principal estratégia de luta desse movimento. Assim, dentre os elementos que compõem a identidade do MTST, talvez a ocupação e a resistência na terra sejam os principais. O ato de ocupar é, em realidade, um dos elementos centrais do conjunto de seus princípios organizativos e é a partir dele que o movimento dá início à sua luta. Se de um lado procura responder à necessidade imediata por teto e, com isso, abrir o processo de negociação com o Estado, por outro se configura como denúncia e questionamento quanto à aplicação da função social da propriedade, prevista na Constituição Federal. A partir dessa lógica procura colocar em debate na sociedade a questão urbana.

A ocupação possibilita a construção de um cenário de conflito de diferentes forças políticas, como o poder público, o proprietário privado da terra (quando no caso de um terreno particular) e o MTST. Em entrevista à autora, um dos coordenadores do MTST explica o sentido primeiro da ocupação afirmando que

O movimento tem como forma de atuação a ocupação de terra. Isso para nós, num primeiro momento é a principal forma de denúncia da especulação imobiliária dos grandes latifúndios urbanos que não cumprem com a sua função social. A ocupação para nós vem, em primeiro lugar, como uma forma de denúncia, no âmbito municipal e estadual.

Dessa maneira,

O combate ao domínio das terras pela propriedade privada na prática das lutas sociais se dá através de uma ação

não legal [...] que irá questionar o latifúndio não apenas com palavras, mas com a ação de ocupá-lo e fazê-lo cumprir uma função social (a moradia) e uma função política (o desenvolvimento da ação e da consciência política). (FERREIRA, 2003, p.64)

É a contradição entre *“a propriedade sem uso e a posse do que se tem, mas não se usa”* (BALDEZ, S.n.t) que se pretende denunciar quando é realizada uma ocupação. Além disso, a ocupação também significa o próprio sentido da luta para o MTST, sendo a forma como seus membros marcam sua presença no espaço da cidade. Ou seja, montar o acampamento é colocar-se na luta e em luta. Ou, como diz Ferreira, *“a mobilização em cima da terra é uma forma de humanizar a própria terra, de fazê-la espelho de um destino novo, de torná-la espelho e ao mesmo tempo antítese de uma sociedade apartada”* (FERREIRA, 2003, p.13).

As ocupações, portanto, se configuram não apenas como uma possibilidade de subsistência e de moradia imediata, mas também como uma maneira de garantir a realização de suas experiências de vida e a sua afirmação como sujeitos da e na cidade. A ocupação é sua marca no espaço urbano. Por essa razão é que se afirma a existência do MTST como um ator que tem na cidade seu espaço e seu objeto de luta e, por esse motivo, mesmo que indiretamente está submetido à chamada globalização.

Cabe agora pensar quais são as relações possíveis de se construir entre o MTST e a globalização. Relações passíveis de serem construídas na medida em que se entende o movimento como um processo aberto imerso no tecido social existente e num contexto próprio⁵.

GLOBALIZAÇÃO, DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO

A primeira das relações, construída a partir da análise dos resultados da pesquisa, refere-se ao reconhecimento de que este movimento é originado sob às dinâmicas do mundo global. Ou seja, o MTST é parte do campo social característico da atualidade e, portanto, está sob os mesmos efeitos das forças que compõem a ordem global (mesmo que indiretamente). É nesta ordem que se realiza a crise estrutural do emprego a partir dos novos modelos de organização da produção e do trabalho - notadamente no que concerne à consolidação de um padrão de flexibilização das relações de trabalho.

No entanto, a globalização também se refere à difusão de uma série de retóricas que visam legitimar as políticas liberais, dentre as quais parece relevante destacar a idéia da perda de centralidade do trabalho como componente das relações sociais. A perspectiva transformadora baseada no mundo do trabalho perde sentido nesse novo cenário. Se é inegável que, desde a década de 1970, o perfil do mundo do trabalho se modificou, pode-se afirmar que o que de fato é característico da globalização é a insegurança no trabalho, a alta rotatividade e o trabalho de tempo parcial. O trabalho precarizado e o desemprego estrutural também implicam na necessidade de uma luta constante pela sobrevivência, resultando muitas vezes na ampliação da jornada de trabalho.

É justamente o medo do desemprego e a precarização do trabalho que generalizam a insegurança e legitimam uma ordem econômica e social que se processa a partir da "violência estrutural do desemprego", pela competitividade e pela segmentação da classe trabalhadora. Esse movimento também tem

rebatimento no enfraquecimento das instituições de representação da classe trabalhadora, bem como de sua cultura política.

O ingresso no mundo do trabalho e o acesso aos direitos reservados ao chamado trabalho formal foram dificultados após a década de 1990 quando houve a implementação das políticas neoliberais. A partir dessa década, tornou-se crescente a quantidade de trabalhadores precarizados que constituem um verdadeiro contingente de subproletários expulsos do mercado de trabalho. Essa massa de trabalhadores sobrantes estabelece relações desiguais com o restante da cidade, sendo expulsos para periferias distantes, sem acesso a quaisquer das condições sociais necessárias a sua existência.

Transpondo esse perfil para aquele que representa o segmento social do MTST, tem-se que este é um movimento composto, na sua maioria, por trabalhadores desempregados ou empregados no trabalho informal⁶. Muitos deles têm como principal fonte de renda o trabalho temporário (os "bicos"), principalmente no setor de serviços. A observação de campo também permitiu detectar a presença de atividades comerciais dentro do próprio acampamento, cujos principais consumidores são os seus próprios moradores e os da região adjacente. I., em entrevista a autora, residente e coordenadora do acampamento Anita Garibaldi, explica a existência desse comércio:

Eles [moradores] têm comércio aqui dentro [...]. Não tem emprego. Se a gente fosse dizer para eles fecharem, eu pelo menos tinha que dar o sustento da família deles. Eu não tenho condições para isso. Apesar de que nós falamos que a área do acampamento é para

moradia e não para comércio. Mas cadê o emprego?

Essa fala parece resumir a situação daqueles que compõem a base social do MTST. Moradores da metrópole paulistana, muitos provenientes de outros estados do país, desempregados que procuram no trabalho informal precário alguma renda para manter a família.

Também é expressiva a presença de famílias que tem como principal componente de renda a pensão de um membro aposentado ou a bolsa proveniente de algum programa de assistência. Assim como é significativa a presença de crianças e jovens na composição do movimento. Muitos desses jovens são chefes de família com nenhuma experiência anterior no trabalho formal e em grande parte desempregados⁷. São jovens com pouca ou nenhuma prática anterior de luta popular. As mulheres também são importantes no segmento social do MTST. Tanto atuando como chefes de família quanto assumindo posições de coordenação.

Em grande medida a liberalização econômica é um dos elementos que explicam a composição atual da base social do MTST. O aumento do número de desempregados e subproletários, o enfraquecimento daquilo que Pierre Bourdieu chamou da “mão esquerda do Estado” e das antigas formas de organização dos trabalhadores são elementos que ajudam a compreender a composição e o poder de mobilização do MTST. Foi comum encontrar na fala de organizadores do movimento afirmações de que hoje em dia seria muito mais fácil mobilizar as pessoas para uma ocupação. Isso porque as condições se tornaram muito precárias e os horizontes

muito reduzidos. Parece ter tornado realidade o vaticínio: não se têm nada a perder.

Sob essa situação, extremamente fragilizada dos integrantes de sua base social, o MTST tende a assumir o papel de aglutinar e organizar esses indivíduos e famílias, e, dessa maneira, “impedir que os trabalhadores precarizados fiquem à margem das formas de organização social e política de classe” (ANTUNES, 2001, p.227). Nessa perspectiva o movimento social ganha um importante papel.

Durante muito tempo à produção sobre o tema dos movimentos sociais foi dividida entre interpretações que liam os movimentos sob a ótica da produção do valor ou sob a ótica da esfera da reprodução da força de trabalho. Hoje e nas condições resultantes da globalização, nos marcos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, essa dicotomia não faz sentido e nem ajuda a entender os conflitos urbanos contemporâneos. A qualidade de trabalhador – seja desempregado, informal ou precarizado – é inseparável da sua condição de sem teto. Adotar essa perspectiva atribui ao trabalho, ainda que sob a forma negativa, a centralidade no entendimento do sentido e fundamento do conflito e do movimento⁸.

Dessa forma, resgatar a centralidade do trabalho parece se configurar como um importante desafio no mundo contemporâneo⁹. O que significa também romper com clássicas dicotomias e partir para “o entendimento das complexas conexões entre classe e gênero, entre trabalhadores ‘estáveis’ e trabalhadores precarizados, entre trabalhadores nacionais e imigrantes, entre trabalhadores qualificados e trabalhadores sem qualificação, entre trabalhadores jovens e velhos, entre trabalhadores incluídos e desempregados, enfim entre tantas

fraturas que o capital impõe sobre a classe trabalhadora" (ANTUNES, 2001, p.227).

A CIDADE DA ERA GLOBAL: GLOBALIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E CIDADE COMPETITIVA

Uma segunda relação é possível de ser pensada quando se atenta para o fato de que o MTST também sofre os efeitos da globalização quando suas demandas por moradia se defrontam com o atual modelo de planejamento e gestão das cidades, baseado no discurso liberalizante de desregulamentação econômica. Sob este modelo as cidades são tratadas como empresas devem ser submetidas às mesmas condições e desafios.

De acordo com Vainer *"este projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e dependentes, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania"* (VAINER, 2000, p.78). A construção de um suposto consenso mascara os diferentes interesses dos distintos setores sociais que compõem (e disputam) a cidade. No planejamento urbano hoje dominante, a discussão está focalizada na consolidação de condições objetivas para a inserção das cidades na economia global, a partir da ampliação de sua competitividade. Negar ou mesmo questionar os objetivos propostos por este planejamento equivale a negar a modernidade e o avanço, e dessa forma ser contrário à própria cidade. Neste contexto, o debate sobre a cidade não se coloca. Ele já está dado de antemão. Portanto, não haveria lugar para o movimento social – considerado instrumento de conflito e da desestabilidade. Daí a necessidade de reprimi-los¹⁰.

Além disso, o modelo de planejamento

urbano neoliberal produz territórios especializados, concentradores de investimentos públicos e privados, com tecnologias de ponta e excelente infraestrutura urbana, disponibilizados para usuários de alto poder aquisitivo. O contraponto à construção desses espaços integrados à economia global numa metrópole de país periférico é a formação de territórios altamente desiguais. Na verdade, esta cidade vocacionada para a competição global parece não reservar lugar para a pobreza, para os desempregados e para os trabalhadores informais que, paradoxalmente, são um contingente crescente da população urbana. O resultado é a expulsão de seus moradores para pontos cada vez mais distantes, carentes de infra-estruturas, equipamentos urbanos e transportes regulares. Nos últimos anos acirraram-se ainda mais a desigualdade e a segregação espacial já existente nas cidades, com o aumento do déficit habitacional e a intensa periferização.

O reconhecimento dessa dinâmica encontra-se dentre as preocupações de algumas das lideranças do MTST. Ferreira (2003), liderança do movimento, afirma que *"empenhar-se contra o paradigma das cidades globais se impõe como tarefa necessária da luta urbana – contra os enclaves para onde a esfera pública orienta todos os investimentos de acordo com interesses comerciais"*. Todavia, durante a pesquisa de campo notou-se que a percepção da necessidade de articular suas táticas à compreensão do *"paradigma da cidade global"* ainda é bastante tímida dentro do movimento e se situa como a preocupação de apenas parte de suas lideranças. Reconhecer o paradigma das cidades globais como desafio significa construir um projeto próprio e alternativo de

cidade e de planejamento urbano.

GLOBALIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE LUTA

Na exploração das relações entre o MTST e os processos de globalização há que se referir, finalmente, ao fato deste movimento acionar uma série de práticas que de alguma forma recorrem a aspectos característicos do mundo global. Dentre elas destaca-se a sua articulação internacional através do uso da mídia e da internet.

Durante toda a sua história o MTST contou com a colaboração e a ajuda de inúmeras entidades e pessoas que, em distintas formas e diferentes momentos, contribuíram para o avanço de sua luta¹¹. Neste contexto é importante ressaltar a relevância das articulações internacionais do movimento, uma vez que elas sinalizam a preocupação em afirmar-se politicamente também em escala global. A articulação internacional está associada na maioria das vezes a uma estratégia de difusão da luta e, conseqüentemente, a sua permanência. A., integrante do MTST, assim sintetiza:

A idéia do movimento é se articular para que possa divulgar o seu trabalho. [...] Porque muitas pessoas vêm o Brasil como um país tão sofrido e com um povo, na sua maioria, sem direitos e com uma debilidade imensa de resolver seus problemas sociais. Lá fora a maior parte das pessoas vêm o Brasil apenas como o país do futebol e do carnaval. Em função disso, para nós, a luta dos trabalhadores é universal também.

Pela fala de A. percebe-se quais são os objetivos fundamentais do MTST: articular-se internacionalmente e conseguir divulgar o movimento "na perspectiva de se ampliar e de

fazer valer os direitos que os trabalhadores têm e que são negados constantemente. A articulação ocorre de três formas: apoio à realização de projetos específicos; visitas a acampamentos; e apoio a processos de resistência".

Todas as experiências internacionais do MTST partiram de alguma luta concreta. A ocupação realizada em Guarulhos, dando origem ao acampamento Anita Garibaldi, um dos mais importantes do movimento, teve grande repercussão fora do Brasil em virtude da dimensão da área e da quantidade de famílias envolvidas. Rapidamente mobilizaram-se várias entidades e pessoas que vieram apoiar tanto as famílias envolvidas quanto o movimento como um todo. Foi a ocupação do Anita Garibaldi que inaugurou a estratégia internacional do MTST, fato fácil de ser compreendido quando se considera que esta é a experiência de maior sucesso do movimento, tornando-se mesmo seu "cartão de visitas".

Nesta ocupação o apoio recebido se deu a partir de visitas constantes de estrangeiros ao acampamento, como afirma J., coordenador do Movimento:

[...] agora deu uma parada, vem menos, mas ainda vem até hoje, a gente recebe umas visitas de pessoas de outros países. Principalmente da Espanha, a gente recebe muitas pessoas da Espanha, da Itália, tem alguns jovens dos EUA. Uma vez nós recebemos uma delegação de 23 pessoas de 8 países, até da Indonésia veio gente.

Foi a partir da implantação desse acampamento que o MTST conseguiu apoio a projetos específicos. Neste caso, destaca-se a participação de um arquiteto espanhol na realização do traçado e na abertura do

loteamento da ocupação. Merece igualmente menção o contato com Central Sindical Italiana (CGT), mediado por uma religiosa daquele país. Após a visita de participantes do CGT ao acampamento o MTST foi convidado a enviar alguns representantes à Itália. Lá os porta-vozes do movimento puderam apresentar o objetivo e o histórico do MTST, bem como propostas de projetos nas áreas de educação, formação e saúde.

Também foi bastante emblemático o apoio recebido quando da ocupação do terreno da Volks em São Bernardo, ação que alcançou repercussão tanto nacional quanto internacional. Isso porque, primeiro, ao ter-se realizado em terreno cuja propriedade seria de uma multinacional e, segundo, em função do assassinato de um fotógrafo brasileiro em frente à ocupação. Esses dois fatos atraíram a atenção da mídia, contribuindo para que o MTST fosse notícia em jornais de diferentes partes do mundo, em especial os da Alemanha.

Foi justamente nesse país, onde houve uma importante manifestação de apoio ao MTST quando, por conta do *Dia de Ação Global contra o encontro da OMC* ocorrido em Cancun, trabalhadores da Volkswagen alemã e organizações daquele país ocuparam um terreno da empresa no centro de Berlim. O ato teve o intuito de chamar atenção para a situação do MTST em São Bernardo.

Em documento, os manifestantes alemães anunciavam: "(...) *montamos as nossas barracas na concessionária Volkswagen do centro de Berlim. Estávamos dentro e fora da Volkswagen com cartazes com os quais exigíamos o terreno de São Bernardo do Campo, no Brasil, para a gente sem-teto*" (CMI, www.cmi.org.br)

Ainda segundo os manifestantes:

Nós montamos nossas barracas nesta exposição para mostrar a outra cara da Volkswagen e exigir uma resposta oficial às nossas perguntas: 1) Quando a Volkswagen dará o terreno de São Bernardo aos sem-teto?; 2) Por que efetuaram o despejo sem uma negociação com estas famílias?; 3) Por que a Volkswagen quer vender o terreno e não dá-lo a quem realmente necessita? Especialmente por ele ter sido um presente da ditadura militar. 4) Como a Volkswagen explica que por um lado faz uma exposição crítica e por outro lado é responsável pelas injustiças? (CMI, s/data).

A busca por apoio internacional também constitui estratégia do MTST. De acordo com a sua coordenação, mais do que o apoio financeiro o que o movimento procura ao se articular internacionalmente é o apoio político à sua luta, como pondera um dos seus coordenadores:

O nosso principal apoio é o apoio político. [...] E nós às vezes até abdicamos do apoio econômico. Porque nós queremos que o apoio seja enfatizado na questão política. Não adiantaria nada, por exemplo, esse comitê fazer uma arrecadação de euros e enviar para nós aqui. [...] O que eles fazem é mil vezes melhor do que se fizesse arrecadação de alguns euros para fortalecer o movimento. Claro que isso é importante, mas o apoio político é muito mais. Não há dinheiro que pague, por exemplo, o que aquele comitê da Alemanha fez lá na matriz da Volkswagen. Por exemplo, na Itália eles divulgam a nossa luta através de vídeos. Eles fazem formação com a base, com os sindicalizados, com os nossos vídeos, mostrando as mazelas que o nosso povo sofre aqui e quem se dispõe a fazer isso é o movimento social, quando na verdade seriam outras pessoas que teriam a obrigação de fazer isso. Isso politicamente é um

saldo positivo. Com certeza também o apoio econômico vai ser. Mas primeiro nós precisamos consolidar o apoio político.

Camila, coordenadora estadual do movimento, em entrevista a revista *Democracia Viva*, afirma que o MTST tinha contato com movimento dos sem-casa no Chile e dos piqueteiros na Argentina, bem como com os sem-tetos nos EUA e com um movimento de sem-tetos no Japão.

A., também integrante do MTST, em entrevista a autora, também esclarece que o movimento possui comitês de apoio organizados em países como Itália, Alemanha, EUA e Espanha, sendo que quase todos contavam com a presença do Centro de Mídia Independente (CMI), organização não-governamental que utiliza os recursos de multimídia para divulgar internacionalmente as lutas sociais travadas no mundo inteiro. É comum a presença dessa organização nas atividades do MTST, como durante a ocupação Santo Dias, em São Bernardo. O CMI, acionado pelo MTST, divulgou através da internet a luta pela permanência no terreno. A solidariedade recebida durante o processo de ocupação da Volkswagen foi possível devido à existência de uma rede que já anteriormente recolhia e divulgava informações sobre as lutas travadas pelo movimento.

Questionado sobre como o MTST aciona seus comitês de apoio A. responde:

O mecanismo que nós temos para poder divulgar isso é um militante do movimento que é responsável pelo coletivo de comunicação e que se encarrega de fazer esse trabalho: divulgar através da internet, entrar em contato com os outros grupos *on line* e tentar divulgar para os principais

veículos de comunicação. Embora a gente saiba que quando chega na grande imprensa eles deturpem. É uma espécie de uma central de comunicação.

A. relata como foi a mobilização de solidariedade realizada na Alemanha:

Na Itália nós temos um comitê de apoio ao MTST. Na Alemanha eles ficaram sabendo através desse comitê, via internet. Várias instituições cruzam informações. A comissão de fábrica da Volkswagen na Alemanha tem um contato com a comissão de fábrica no Brasil. A comissão de fábrica da Volkswagen no Brasil apóia o MTST porque inclusive tinham vários trabalhadores lá na ocupação que pertenceram à comissão de fábrica da Volkswagen e muitos que trabalharam na Volkswagen. Então a comissão de fábrica entrou em contato com a comissão de fábrica lá, mais o comitê internacional que fica em Roma. Esse pessoal se organizou e formou também um comitê de apoio na Alemanha.

Embora pareça não ser objeto de uma reflexão sistemática e aprofundada, as lideranças do MTST expressam em seu discurso e em sua prática uma clara consciência de sua inserção no mundo global. São reconhecidos os processos geradores de desemprego e de instabilidade social decorrentes do capitalismo global. Também mostram pragmatismo para utilizarem instrumentos e mecanismos típicos da era da globalização que podem facilitar e potencializar sua luta. Em uma reflexão sobre a globalização, A. pondera que:

A globalização, como diz o professor Milton Santos, em sua última obra, [...] é perversa. Ele a vê em três dimensões. Como ela é, como ela nos faz ver e como

ela seria. E nós discutimos muito isso. Porque a globalização [...], poderia servir para coisas interessantes, a serviço do povo, nas suas formas mais variadas. Por exemplo, a internet. [...] Mas a globalização atual que está em prática é essa globalização perversa que é útil apenas para uma minoria. A globalização atual, que está em prática, é aquela globalização defendida por uma minoria dentro do sistema imperialista. Porque o capital já diz em sua essência que tudo que for criado dentro dele tem que servir apenas para beneficiar uma minoria. A serviço da competitividade, do esmagamento de uma maioria a favor de uma minoria. Se a globalização, não só ela, mas todos os aparatos e resultados, científicos e tecnológicos, que o homem conseguiu descobrir durante esses séculos todos, fossem utilizadas de uma outra forma, que mundo nós teríamos? Seria completamente diferente. Já seria o mundo que a gente sonha. Já seria talvez aquela sociedade, não sei se seria socialista, anti-capitalista, anarquista ou comunista, eu não sei qual nome se daria a ela, mas que seria uma outra sociedade diferente desta e com muito mais capacidade de intervir nas questões humanas. Porque se a gente utilizasse a globalização para defender a vida, a solidariedade, e colocasse ela em função da vida realmente, já pensou que coisa maravilhosa. [...] Mas para chegar na maioria tem um pequeno problema. Dinheiro. Para vocês terem uma idéia, nós, o nosso movimento é articulado a nível internacional, através da internet. No entanto, nós não temos um computador.

A fala de D. coordenação do Movimento, expressa a compreensão do contexto no qual o MTST está inserido. Usando da leitura de Santos (2000), D. compreende a globalização a partir de três dimensões: como perversidade (“a globalização como ela é”); como fábula (“a globalização como ela nos faz ver”); e como

possibilidade (“aquela que poderia ser”).

É operando com essas três dimensões que o MTST elabora seu discurso, suas estratégias e seus projetos. O que significa o entendimento dos limites e das possibilidades abertas com a globalização.

Assim, por exemplo, embora reconheçam a importância do uso da internet na organização e na luta do MTST, D. também expressa os seus limites. Seja pelo fato desse instrumento ainda atingir uma reduzida parcela da população seja pelo fato de que, segundo as palavras do próprio D., *“a internet jamais poderá vir a substituir as tradicionais formas de organização, mobilização e luta, que dependem de um conhecimento direto da realidade, do contato, da aproximação, da confiança, que dão a certeza de dividir uma mesma bandeira”*. Estes seriam os princípios do trabalho de base e os elementos fundamentais da ação do MTST. Favorável a essa abordagem vale lembrar que o avanço das lutas sociais nunca teve como obstáculo a existência ou não de informações, mas sim a sua propriedade e o seu controle.

RETOMANDO ALGUNS PONTOS E PENSANDO DESAFIOS

A emergência de novos desafios aos movimentos sociais está intimamente associada à consolidação de uma política que teve como principal resultado o aumento da precarização dos trabalhadores urbanos. A partir da década de 1990 e, em especial, após o governo Collor e o Plano Real, foram adotadas uma série de medidas políticas e econômicas que acabaram por acirrar a dependência do Brasil aos capitais internacionais, tornando-o ainda mais vulnerável as flutuações financeiras. Essas alterações foram acompanhadas de políticas de redução do

papel do estado que visavam retirar deste os “ônus” provenientes dos encargos sociais. A fragilidade econômica e as políticas de desregulamentação do trabalho, associadas ao enfraquecimento da “mão esquerda do Estado” propiciaram uma enorme precarização das condições de trabalho e vida dos trabalhadores brasileiros. O resultado foi a crescente diminuição da renda média familiar, o aumento da pobreza, a redução dos postos de trabalho formal e o crescimento do subemprego.

Esse processo formou um enorme contingente de trabalhadores desempregados, com baixa expectativa de se (re)inserirem no mercado de trabalho formal, além de subproletariados. Ambos sem possibilidades de acesso a renda direta (salários) e indireta (benefícios previdenciários, FGTS, seguro-desemprego etc) gerada pelo trabalho. Esses trabalhadores engrossam o número de pessoas que vivem em condições precárias nas periferias cada vez mais distantes das cidades brasileiras.

Ao contrário de momentos anteriores, o modelo atual aprofundou as desigualdades sem gerar qualquer possibilidade de crescimento, impulsionando uma grande parcela da população economicamente ativa a situações de instabilidade. Situação ainda agravada pelo desmonte das políticas sociais, pela diminuição de investimentos em equipamentos e serviços urbanos e pela privatização dos serviços públicos. Essas condições afetaram sobremaneira a capacidade de sobrevivência dos trabalhadores pobres e informais que têm no acesso público à educação, à saúde, ao lazer etc, a possibilidade de reduzirem os encargos de seus orçamentos familiares. Além disso, as

diretrizes neoliberais acabaram por transferir a assistência social do âmbito de uma política pública para a esfera de ações pontuais e emergenciais. Verdadeiros paliativos diante da situação de miséria e desemprego existente.

Ao optar por esse modelo o Estado brasileiro se eximiu de qualquer responsabilidade perante os trabalhadores. A consequência foi, dentre outras, a responsabilização dos governos locais e da sociedade nas soluções a crise social.

As mudanças ocorridas nos últimos anos provocaram alterações nas práticas desses movimentos e impuseram novos desafios aos mesmos. Daí a necessidade em apontar alguns elementos e princípios que contribuiriam para a construção de instrumentos analíticos que permitam auxiliar no entendimento dos movimentos sociais em sua forma contemporânea.

Ou seja, entender os movimentos urbanos hoje é vê-los a partir da leitura que fazem de si mesmo, mas reconhecendo que também estão imersos em situações, contradições e cenários que são próprios do chamado mundo global. Pois é sobre esse cenário de instabilidade que os movimentos urbanos e, em especial, o MTST, desenvolvem suas práticas, estabelecem suas estratégias e constroem suas organizações. Desse modo respondem as dinâmicas do capitalismo global.

Chegar a esta conclusão significou uma aproximação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Da caracterização do MTST delinear-se algumas das respostas dadas às dinâmicas globais que, longe de serem desarticuladas, são, na verdade, pedaços de uma mesma totalidade que parecem apontar para mudanças no fazer dos

movimentos urbanos, mas que também apontam para alguns novos desafios.

Dentre estes desafios está sua capacidade de mobilizar um contingente cada vez maior de trabalhadores desempregados e em condições precárias de existência. Ao agregar e organizar diferentes pessoas, o movimento urbano cria entre seus membros uma identidade que os definem também como moradores da cidade e, portanto, beneficiários dos mesmos direitos detidos por outros. A construção dessa identidade se contrapõe às concepções dominantes que recusam aos moradores da periferia o direito à cidade. Sujeitos sem identidade e sem direitos, essas pessoas, quando organizadas no movimento social, afirmam sua existência no tecido social e no espaço urbano. Reivindicam para si o direito de serem reconhecidas como moradores da mesma metrópole e rejeitam as tentativas de serem ignorados ou mesmo criminalizados. Exigem, dessa maneira, não apenas o reconhecimento de sua luta (identificada como legítima) como também o reconhecimento de seus direitos.

Contudo, a afirmação dessa identidade parece estar vinculada à afirmação do trabalho, pois num mundo onde o desemprego é uma questão estrutural cada vez mais torna-se importante recompor a centralidade do trabalho. Sendo assim, inserir o trabalho como bandeira e como projeto do movimento social também é um dos desafios apontados a partir da elaboração desse estudo. O que significa romper com a dicotomia entre mundo da produção e mundo da reprodução – e, conseqüentemente, articular de forma definitiva a moradia ao trabalho. Pois, se é verdade que é através da moradia que os trabalhadores se enraízam nas cidades, sua

permanência somente é possível mediante o acesso ao trabalho. O trabalho é, dessa forma, condição essencial na construção das esferas de sociabilidade e de permanência no tecido urbano. Pois, dentre as múltiplas possibilidades simbólicas que contribuem na construção da identidade dos sujeitos o trabalho ainda hoje é central.

O depoimento de uma moradora quando da reintegração de posse em São Bernardo parece sinalizar para essa direção. Ao afirmar que *“nós não somos bandidos, somos trabalhadores, estamos aqui pelos nossos filhos que não tem um teto para morar”*, essa senhora se identifica como pertencente à cidade, como portadora de direitos e se distingue dos *“bandidos”* a partir de seu reconhecimento como trabalhadora. Também é a partir das relações de trabalho que as situações de dominação e exploração se manifestam de forma mais clara. Sujeitos com experiência no mercado de trabalho parecem identificar de forma mais clara situações de exploração e dessa forma construir uma identidade coletiva de explorados. Considerando que hoje o número de desempregados vem crescendo entre pessoas que nunca tiveram nenhuma experiência anterior de trabalho parece viável supor que se torna cada vez mais difícil à construção dessa identidade comum a partir do trabalho. Talvez aí se explique a grande ofensiva ideológica iniciada pelo capital no sentido de afirmar o fim do trabalho.

Ainda é mais grave quando se percebe que a perda do trabalho afeta mais diretamente aos jovens. São eles os que mais sofrem com os processos de reestruturação produtiva. Jovens que engrossam a população das periferias de nossas cidades. Cassab em seu estudo demonstra como permanece sendo a

vinculação com o trabalho a “*salvaguarda para reconhecimento social e diferenciação, capaz de lhes garantir [aos jovens] o mínimo de possibilidades de escaparem ilesos ao conflito que se agudeza nesta época da vida*” (CASSAB, 2001, p.61).

Esse também parece ser um importante desafio na medida em que recolocar a centralidade do trabalho também possibilita respostas à situação da juventude das periferias urbanas. Jovens que sentem de maneira mais terrível as dificuldades de realizarem seu ideal de felicidade baseado no binômio trabalho e família. Fora do mercado de trabalho formal, abandonados em periferias carentes de bens e serviços, para esses jovens a cidade é o lugar de permanentes riscos e confrontos, o lugar de incertezas quanto ao futuro. Por outro lado, a sua permanência no espaço da cidade é lida de forma ameaçadora. Jovens sem trabalho, sem escola, pobres, se tornam potenciais ameaças na leitura enviesada de segmentos da sociedade. A resposta a esse perigo é a repressão e a punição. São os jovens as maiores vítimas da violência. Inclusive da violência oficial.

Por outro lado, muitos desses jovens parecem se incorporar a movimentos sociais, se colocando não apenas como base, mas assumindo posições de liderança. Se de um lado sofrem violentamente os impactos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, por outro cada vez mais buscam respostas à sua situação. Por esses motivos, entende-se que é preciso reconhecê-los e incorporá-los como elemento da realidade urbana atual.

Um terceiro desafio refere-se as suas escalas de ação. O apoio encontrado durante o processo de resistência no terreno em São Bernardo reflete a importância da estratégia do MTST em se articular também internacio-

nalmente. A. explica que essa estratégia está baseada na concepção de que:

Para nós a luta dos trabalhadores é universal também. Por isso nós precisamos divulgar, porque o movimento que fica só no âmbito local ou estadual vira um grupo localizado. Nós temos que expandir, falar nos quatro cantos do mundo o que somos, o que queremos, e divulgar a nossa prática. Para que outros povos achem interessante o que a gente faz e então divulguem também o que a gente faz.

Essa colocação parece apontar a preocupação do MTST em trabalhar em escalas diferentes para que não se torne “um grupo localizado”. Na realidade um dos grandes desafios enfrentados pelos movimentos sempre foi sua capacidade de agir em distintas escalas. A necessidade de responder esse desafio é ainda maior no mundo contemporâneo. Hoje parece cada vez mais urgente que o movimento popular encontre a eficácia nos desdobramentos de suas ações em diferentes escalas geográficas.

Vainer pondera que:

A idéia de que o cotidiano seja feito de relações primárias é completamente anacrônica, produzindo uma imagem absolutamente ideológica da esfera local, como se esta constituísse segmento societário em que ainda predominariam relações comunitárias. Igualmente mítica, entretanto, parece ser a imagem de um mundo social feito à imagem das formas mais abstratas do capital, puro fluxo de informações, em que todas as relações entre escalas e agentes concretos, coletivos e individuais, estivessem transcendidas, quando não simplesmente em dissolução (VAINER, 2001, p.:24).

A partir dessa crítica o autor propõe uma abordagem trans-escalar de análise e de ação, cuja idéia central se expressa na concepção de que *“qualquer projeto (estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos”* (VAINER, 2001).

Mesmo que ainda de forma inicial, o MTST parece procurar desenvolver essa estratégia, ao articular diferentes dimensões de sua luta. Há, ao menos por parte da coordenação, uma recusa em aceitar que o problema da moradia se encerre na efetivação da ocupação e na conquista do terreno. Todavia, também existe o cuidado em afirmar a necessidade de consolidar a ocupação (transformando-a em assentamento) para que assim seja possível avançar e territorializar o movimento. O que significa perceber a articulação entre a luta restrita no âmbito da cidade ou município (onde se realiza a ocupação) e no estado, no país e mesmo no mundo. A ocupação realizada em terreno da Volkswagen em São Bernardo é um exemplo dessa tentativa. Nela procurou-se estabelecer diálogo com o poder local, com o estado e com a união, além de utilizar articulações internacionais para fortalecer uma luta aparentemente restrita a uma questão local.

Contudo, vale a pena destacar o relativo simplismo com que se referem as suas ações internacionais. A estratégia internacional do MTST ainda se limita à divulgação de suas lutas na tentativa de conseguir apoio político e material e não na construção de uma rede internacional de movimentos urbanos, onde além de divulgar sua luta em outros países, o movimento possa também divulgar a luta de outros movimentos urbanos no Brasil, bem

como pensar de forma conjunta estratégias comuns e internacionais aos desafios urbanos atuais.

Assim, aparentemente, o MTST, embora em alguns momentos acione mecanismos de luta (e principalmente resistências) na esfera internacional, não se organiza como um movimento internacionalista. É verdade que fala de solidariedade internacional mas pensa mais em termos de solidariedade e de apoio à sua luta do que, efetivamente, à articulação internacional da luta. Não há a preocupação em unir-se a outros sem-teto para discutir e combater, por exemplo, as propostas urbanas do Banco Mundial, da Agência Habitar da ONU, entre outras.

Chama-se atenção a esse aspecto, pois entende-se que o problema da moradia não é uma questão local de um município ou mesmo de um estado brasileiro. A questão da moradia só poderá ser compreendida (e resolvida) a partir da análise – e da ação – em múltiplas escalas. Essa visão pretende romper com o discurso dominante que transfere para o estado local praticamente todas as responsabilidades sociais.

Assim, embora suas ações se desdobrem em diferentes escalas, elas parecem ainda não ter de forma clara uma articulação estratégica que lhes reúna e lhes direcione na construção de um projeto. Portanto, um dos atuais desafios está em não apenas construir ações em diferentes escalas, mas também ser capaz de articulá-las através de um projeto político e estratégico de sociedade.

Por último, também é possível pensar como um outro desafio posto ao movimento, a capacidade de reverter os instrumentos da globalização em seu benefício, como por exemplo, o uso da mídia e da internet.

Bourdieu já apontava a importância da mídia como possibilidade de luta dos movimentos sociais, na medida em que hoje utilizam-se dela, para garantirem que suas recusas e propostas se realizem em “ações exemplares”. Essas ações exemplares estão, conforme o autor afirma:

[...] diretamente ligadas ao problema em questão e exigindo um forte engajamento pessoal dos militantes responsáveis, que, em sua maioria, viraram mestres na arte de criar o acontecimento, dramatizar uma condição própria a atrair o olhar midiático e, por tabela, político, graças a um bom conhecimento do funcionamento do mundo midiático (BOURDIEU, 2001, p.63).

Em parte devido à repercussão na mídia e o uso que se faz dela e em parte por conta da *“virtude de sua exemplaridade e porque houve criações simultâneas para além das fronteiras”* (BOURDIEU, 2001, p. 63), os movimentos hoje se revestem internacionalmente. Embora reconheça a importância da mídia, Bourdieu alerta que a visibilidade proporcionada por ela é parcial, tendenciosa e efêmera, já que os porta-vozes do movimento podem ser entrevistados e vinculados, mas as suas demandas, propostas e projetos raramente são levados a sério.

Além de não ser levada a sério, na maioria das vezes a mídia contribui para a criminalização dos movimentos ao vincularem reportagens tendenciosas¹². Esse foi, por exemplo, o ocorrido no acampamento Santo Dias quando do assassinato do fotógrafo. Imediatamente, e embora sem nenhuma prova conclusiva, a mídia oficial vinculou reportagens que propiciavam a interpretação

de que o MTST estaria envolvido na morte do repórter. O resultado foi o aumento da tensão entre os acampados e a polícia. Indagada se a morte ocorrida poderia contribuir para o aumento da repressão, uma das coordenadoras do acampamento definiu a situação da seguinte forma:

O acampamento já está todo cercado. Está com vários helicópteros. A polícia em peso. Tem muita gente. Está uma pressão enorme de ambas as partes. Está todo mundo tenso. Isso pode provocar uma reação ainda mais forte da polícia porque a gente está com a reintegração de posse. [...] piorou as coisas. A gente avalia que a repressão pode ser ainda mais forte em detrimento do que aconteceu. Nós estamos com mais de 2 mil crianças. Agora nós estamos cercados. Cercaram todas as ruas e estamos aqui isolados.

A reintegração de posse concedida poucos dias depois da morte do fotógrafo ocorreu com a utilização de um forte aparato militar que contava com 500 homens da tropa de choque, 300 homens de batalhões da cidade, 120 viaturas, 70 homens da cavalaria, 30 cães e um Helicóptero.

O uso da mídia e da repressão policial está relacionado a uma intensa campanha de criminalização dos movimentos sociais. Criminalizar o movimento social não é uma prática recente. No entanto, ela parece ter se acentuado após os anos 1990 quando se iniciou uma campanha de repressão, usando como justificativa o suposto caráter antidemocrático e de instabilidade que os movimentos representariam. Essa ofensiva contra os movimentos sociais é ainda maior quando eles reivindicam a desapropriação de terras que não cumprem a função social, como é o caso do

MTST.

Além disso, ela também se realiza através da associação dos movimentos a atos criminosos e violentos. A., sobre o início da ocupação em Guarulhos, afirma: *“Aqui em Guarulhos tudo que acontece eles relacionam ao acampamento Anita Garibaldi. Por exemplo, se acontece um assalto no mercadinho no centro da cidade é por causa dos sem-teto”*. Outra face dessa moeda é a abertura de inúmeros processos judiciais contra membros dos movimentos em função de supostos crimes, como o enquadramento por formação de quadrilha, desacato à autoridade (em situações de despejo), depredação de propriedade etc.

Criminalizar o movimento significa negar aos trabalhadores o direito de se organizarem e de reivindicarem seus direitos, além de criminalizar o próprio trabalhador. Essa estratégia intenta construir um sentimento coletivo de que os movimentos trazem insegurança e instabilidade social, política e econômica. O sentimento que se constrói é, portanto, de que um país instável não é competitivo e nem capaz de atrair investimentos. A criminalização do MTST também pode ser entendida no âmbito da manifestação urbana do liberalismo. Ou seja, a partir da interpretação de que o movimento urbano representa a instabilidade prejudicial à construção do consenso necessário à cidade pós-moderna, discutido brevemente em item anterior.

A existência desses desafios reafirma a importância do movimento social na medida em que vislumbra um horizonte de mudança para alguns dos trabalhadores urbanos, sejam jovens ou não e sejam essas mudanças imediatas ou não e, nesse sentido, se torna uma alternativa a uma situação precária anterior.

Depoimentos como *“nós não sabemos para onde vamos, mas sabemos que vamos vencer”* ou *“eu sei que a situação que eu estou é crítica e eu não tenho nada a perder”* parecem confirmar essa hipótese.

A certeza da vitória e o sentimento de nada a perder são faces de uma mesma moeda. O movimento social é muitas vezes o último horizonte possível de mudança. Por agregarem os anseios e desejos de inúmeros e diferentes trabalhadores é que se coloca a necessidade de romper com ideologias tão difundidas pelo neoliberalismo. Afirmar o trabalho e a juventude mas também negar possíveis soluções mágicas aos problemas sociais como a máxima que sugere que as soluções só se construirão com as práticas locais é recusar a ideologia liberal do *“faça você mesmo”*. É afirmar as responsabilidades do Estado frente à crise social.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora este trabalho tenha pretendido contribuir no sentido de apontar alguns dos desafios impostos pelas novas dinâmicas globais a partir da análise das relações atuais entre o MTST e o processo de globalização, procurando perceber as mudanças existentes na prática e organização dos movimentos sociais urbanos, e, em particular, o MTST, não foi sua pretensão determinar de forma definitiva e conclusiva quais os problemas e quais as supostas respostas que caberiam ao movimento social construir.

O objetivo foi o de apontar para alguns cenários possíveis, pois se admite a grande capacidade de mudança que o movimento carrega em seu próprio interior. Ou seja, o movimento social em si mesmo é dinâmico e se transforma, e em sua ação permanente coloca e recoloca diferentes questões. Ele não é estático

e talvez a sua maior contribuição esteja na capacidade que tem em transformar um limite numa possibilidade. Um desafio num projeto de luta, construindo esperanças (mesmo que momentâneas) para todos aqueles que compõem seu segmento social.

Isso porque o movimento social, e, no caso específico, os movimentos urbanos, ao se realizarem e ao imprimirem no tecido social suas lutas, contribuem para descortinar a realidade. Para trazer à tona a cidade real, então oculta. Romper ideologias. Quebrar consensos. Vislumbrar e denunciar a cidade real. Projetar e lutar por uma outra realidade. Talvez sejam essas as maiores contribuições. E com certeza esse é um desafio para todos nós: militantes dos movimentos e pesquisadores.

NOTAS

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense; Professora do curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹Essa perspectiva incorpora as contribuições de Bourdieu (2001) sobre o tema dos movimentos sociais.

² Contudo isso não se traduz numa relação causal entre a globalização e o MTST ou que este seja um movimento anti-globalização. Ao contrário. Olhar o MTST como movimento é vê-lo como um processo ativo no qual os condicionantes históricos são tão importantes quanto a ação humana na sua composição e compreensão.

³ A pesquisa ocorreu no estado de São Paulo e envolveu a realização de entrevistas com dirigentes e militantes do movimento, visitas aos acampamentos, agências governamentais envolvidas com a negociação e/ou repressão ao movimento, além de entrevistas com entidades de apoio. Optou-se por estudar duas experiências de acampamento: Anita Garibaldi e Santo Dias. A primeira ocupação, localizada no município de Guarulhos, realizou-se em 19

de maio de 2001 num terreno de 500 mil m². A segunda ocupação ocorreu em São Bernardo do Campo, em terreno da Volkswagen, no dia 19 de julho de 2003 dando origem ao acampamento Santo Dias. Em função dos limites desse texto, a metodologia de pesquisa bem como os procedimentos de análise dos dados não serão explicitados. Destaca-se apenas, que foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com militantes do movimento – dos coordenadores até os militantes de base. O resultado das entrevistas é a principal fonte utilizada na pesquisa e na elaboração desse artigo. Algumas das falas dos entrevistados são citadas no artigo.

⁴ Atualmente o MTST está organizado nos estados do Amazonas, Roraima, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

⁵ Ver Cassab (2003).

⁶ Dados corroborados pelo levantamento sócio-econômico dos participantes dos acampamentos pesquisados e pelas entrevistas com seus dirigentes.

⁷ São os jovens que encontram as maiores dificuldades em conseguirem trabalho, já que o mercado de trabalho tende a absorver as pessoas com experiência anterior e com maior nível de escolaridade. Dois aspectos que não são característicos daqueles que compõem o MTST.

⁸ Ao mesmo tempo em que o movimento rompe com as fraturas impostas pelo capital, ele atende a uma questão imediata importante. É através de sua organização como movimento que os trabalhadores conseguem ser alvo de programas assistenciais, tais como distribuição de cestas básicas ou de leite para as mulheres grávidas. Isoladamente esses trabalhadores talvez encontrassem maior dificuldade em conseguirem esses benefícios.

⁹ Ver Cassab (2007).

¹⁰ Este aspecto, relacionado a outros, como a liberalização do Estado e a fragilização das tradicionais organizações dos trabalhadores, ajudam a compreender a intensa campanha de criminalização dos movimentos sociais que

vem ocorrendo desde início da década de 1990.

¹¹ Compõem o rol de apoiadores do MTST no âmbito nacional, sindicatos, partidos, universidades, intelectuais, estudantes, outros movimentos sociais, e militantes e simpatizantes individuais.

¹² Para Bourdieu essa seria a principal razão, “porque é indispensável empreender duradouramente, e independentemente das oportunidades midiáticas, um trabalho militante e um esforço de elaboração”. (BOURDIEU, 2001, p.64).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BALDEZ, Miguel L. *A luta pela terra urbana*. S.n.t. Mimeografado.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

CASSAB, C. *Das correntes de prometeu a sociedade do não-trabalho? Reflexões sobre a centralidade do trabalho a partir da juventude*. Libertas (Juiz de

Fora)., v.1, p.136 - 151, 2007.

_____. *Notas para um debate acerca da categoria movimento social*. Libertas (Juiz de Fora)., v.2, n.1, p.131 - 142, 2003.

CASSAB, Maria A. Tardin. *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza*. Niterói: Intertexto, 2001.

FERREIRA, Patrícia Mena Barreto. *A formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e a luta contra o latifúndio urbano*. 2003. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.

VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos IPPUR*, ano XV, n. 2, ago/dez 2001/ano XVI, n. 1, jan/jul 2002.

_____. Entrevista. *Proposta*, ano 27, n. 78, p. 40-47, set/nov, 1997.

Site consultado:

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE.

www.cmi.org.br